

Palocci diz que governo vai adotar “mecanismo anticíclico” em 2005

Luciana Otoni
de Brasília

O governo federal vai introduzir na economia brasileira o mecanismo de superávit primário anticíclico, que varia conforme maior ou menor crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Coerente com a “agenda positiva” adotada para abafar o escândalo Waldomiro Diniz, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, defendeu a manutenção da austeridade fiscal, negou que o governo esteja atravessando uma crise política e disse que o caso Waldomiro “não atinge a economia do País”.

As declarações do ministro foram feitas durante entrevista ao programa *Bom Dia Brasil*, da TV Globo, após o anúncio do pacote de estímulo à construção civil, feito na última segunda-feira, e após o encontro, mantido no domingo passado, com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Horst Köhler, que não poupou elogios ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a sua equipe econômica.

No contexto das últimas semanas, marcadas por fatos que prejudicam a avaliação da administração Lula, as considerações de Palocci visam a reforçar o objetivo do governo de contrapor a agenda positiva à agenda negativa. Por agenda negativa entenda-se o caso Waldomiro Diniz (ex-assessor do ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, flagrado negociando propina com um bicheiro carioca), a queda de 0,2% do PIB em 2003 e o aumento recorde do desemprego na Grande São Paulo — taxa de 19,1% em janeiro, o correspondente a 1,86 milhão de desempregados. A isso alia-se o descontentamento com a manutenção da taxa Selic em 16,5% ao ano.

Já a agenda positiva foi deflagrada na sexta-feira de Carnaval, quando o governo fez uma devassa nas casas de jogos e baixou medidas provisórias proibindo o funcionamento de bingos. Também fazem parte o pacote de estímulo à construção civil, a ampliação do programa *Bolsa Família*, a aprovação das matérias que regulamentam o setor

elétrico e que instituem as Parcerias Público-Privadas (PPPs) e a divulgação das medidas da política industrial, previstas para este mês.

Ao falar sobre o superávit variável a partir de 2005, o ministro disse que o País precisa economizar em anos de crescimento. “O que vamos fazer no ano que vem não é reduzir, nem aumentar o superávit. É introduzir a idéia de um superávit que seja variável com o crescimento econômico. Se o Brasil cresce muito, guarda mais recursos, para que, se em um ano ele tiver dificuldade econômica, ele não cobre mais impostos da sociedade, priorizando a dificuldade.” O superávit primário — diferença entre despesas e receitas do setor público, excetuando-se os gastos com o pagamento de juros — é o mais importante instrumento de ajuste fiscal das contas públicas. Para 2004, a meta está fixada em 4,25% do PIB, o equivalente a R\$ 71,5 bilhões.

Privatização do saneamento

Palocci relativizou a queda de 0,2% do PIB em 2003. Ele atribuiu o recuo à repercussão da crise financeira de 2002, preferindo valorizar o resultado do último trimestre. “Se olharmos o que aconteceu no último trimestre de 2003, vemos que cresceu 1,5% em relação ao terceiro trimestre. Anualizando a taxa, foi um crescimento de 6%. Nós vemos hoje os EUA com taxas de 4%, 5%, o Japão com taxas de 5%, 6% e o Brasil fez, no último trimestre, uma taxa anualizada de 6%”, disse. “O mais importante é que o Brasil, agora, entre em um período longo de crescimento econômico, com geração de emprego, incentivo aos setores que mais empregam, com valorização das exportações, da agricultura.”

O ministro acrescentou também que “não haverá crescimento de longo prazo se não equacionarmos o modelo elétrico. Quanto ao saneamento, e disse não ser intenção do governo federal liderar a privatização do setor de saneamento. “O saneamento é atribuição dos estados e municípios. O que nós queremos é estimular investimento privado.”